

Leite decreta redução de incentivos

ANDERSON AIRES

anderson.aires@zerohora.com.br

O governo do Rio Grande do Sul publicou, no sábado, os decretos que preveem cortes de benefícios para setores produtivos do Estado. Trata-se do plano B da gestão de Eduardo Leite para reforçar a arrecadação em caso de não aprovação do projeto que eleva a alíquota geral do ICMS, de 17% para 19,5%. A votação na Assembleia Legislativa está prevista para amanhã.

As medidas foram divididas em cinco decretos publicados no Diário Oficial do Estado. Parte deles tem efeito a partir de 1º janeiro de 2024 e outra, apenas a partir do dia 1º de abril.

A publicação ocorreu em meio à corrida do governo para tentar arregimentar apoio ao projeto de elevação do ICMS. Em um primeiro momento, o governador detalhou o plano B a deputados da base e a líderes empresariais. Na sexta-feira, um nova reunião com representantes de federações e entidades terminou sem acordo. Diante disso, o governo ventitou a ideia de publicar os decretos no fim de semana.

Nas redes sociais, Leite descreveu os decretos como uma maneira de “assegurar o máximo de transparência sobre a extensão das medidas e permitir a melhor avaliação pela sociedade gaúcha dos caminhos disponíveis”. O governador escreveu: “Ao contrário da reforma tributária, aprovada sob total incerteza sobre como ficará a arrecadação dos Estados, nossos deputados terão clareza sobre a opção de ajuste na alíquota de ICMS”. Caso

“

Ao contrário da reforma tributária, aprovada sob total incerteza sobre como ficará a arrecadação dos Estados, nossos deputados terão clareza sobre a opção de ajuste na alíquota de ICMS.

EDUARDO LEITE

Governador

o projeto seja aprovado amanhã, os decretos devem ser revogados. Segundo Leite, a alternativa que eleva a alíquota do ICMS é a “opção menos amarga”.

Plano

O plano alternativo do Palácio Piratini é baseado em três eixos. O primeiro é a retirada gradual de incentivos para 64 setores, e o segundo envolve a ampliação do ICMS sobre os itens da cesta básica. Já o terceiro altera uma regra do Fator de Ajuste de Fruição, o FAF (*leia mais ao lado*).

O movimento do governo gerou reação imediata na Assembleia: o deputado Rodrigo Lorenzoni (PL) protocolou um projeto de decreto legislativo para anular os atos de Leite (*leia mais na página 6*). A votação de amanhã promete ser agitada, já que as federações empresariais, que se opõem tanto ao aumento de ICMS quanto à alternativa de redução de benefícios, convocaram manifestações.

GZHQuais setores seriam mais afetados pelos cortes: gzh.rs/cortesgov

Governador diz que, se aumento do ICMS for aprovado amanhã, atos serão revogados

Que está em jogo

PLANO A - AUMENTO DE ICMS

• **O que é:** prevê a elevação da alíquota básica do ICMS de **17% para 19,5%**. O movimento, já realizado por ao menos 19 Estados, é defendido pelo Piratini como uma forma de compensar as perdas de arrecadação decorrentes da redução da alíquota sobre combustíveis, energia e telecomunicações, aprovada pelo Congresso Nacional, e evitar que o Estado tenha perdas futuras em razão da reforma tributária – a divisão do bolo do futuro Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS) entre os Estados será feita com base na média de arrecadação.

• **Impacto:** o governo projeta um incremento de receita de **R\$ 2,55 bilhões** em 2024, **R\$ 3,59 bilhões** em 2025 e **R\$ 4,36 bilhões** em 2026.

• **Situação:** deve ser votado amanhã na Assembleia. O projeto enfrenta forte resistência das entidades empresariais e da oposição.

PLANO B - CORTES DE BENEFÍCIOS

• **O que é:** o plano é dividido em três eixos: o primeiro é a retirada gradual de **40%** dos incentivos fiscais concedidos a **64** setores; o segundo é a ampliação do ICMS da cesta básica para **12%** (hoje os produtos têm alíquota **zero** ou de **7%**), e o terceiro é a alteração na regra do Fator de Ajuste de Fruição (FAF) – **100%** do crédito presumido concedido às empresas ficaria condicionado à aquisição de insumos dentro do Estado (hoje o percentual é de **15%**). O setor agropecuário seria o mais afetado pelos cortes.

• **Impacto:** o governo projeta uma arrecadação de até **R\$ 3,6 bilhões** no ano que vem.

• **Situação:** as medidas foram estabelecidas em decretos publicados no sábado. Caso o projeto do ICMS seja aprovado amanhã, os decretos serão revogados. A proposta também é criticada pelas entidades empresariais e pela oposição.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS**Pagina:** 8